



CONTRATO DE PROGRAMA 15/2023

CONTRATO DE PROGRAMA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA DO ACARAÚ E O CONSÓRCIO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL (CGIRS-RMS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSBORDO, TRANSPORTE AO ATERRO SANITÁRIO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS (CTR), E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU).

Pelo presente instrumento, de um lado, o **CONSÓRCIO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOBRAL (CGIRS-RMS)**, pessoa Jurídica de Direito Público, de natureza autárquica, com sede na Rodovia CE 183 km 06, S/N, Município de Sobral-CE, inscrito no CNPJ sob nº 11.287.724/0001-84, neste ato representado, na forma de seu contrato de consórcio público, pelo Presidente, Prefeito Municipal Sr. Ivo Ferreira Gomes, inscrito no CPF sob nº 362.581.993-72, portador da CI. nº 2017009918-5 expedida pela SSP/CE, doravante denominado simplesmente **CGIRS-RMS** e do outro lado o Município de **SANTANA DO ACARAÚ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sobre nº 07.598.659/0001-30, com sede na Av. São João, 75, Centro, neste ato representado pelo Chefe do Executivo, Prefeito Municipal Sr. Francisco das Chagas Mendes, inscrito no CPF sob nº 029.376.938-90 portador da CI. nº 2000098016890, expedida pela SSP/CE, doravante referido como Município de **SANTANA DO ACARAÚ**, para prestação de serviços de transbordo, transporte ao aterro sanitário da central de tratamento de resíduos (CTR), e disposição final de resíduos sólidos urbanos (RSU) mediante condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Contrato de Programa a delegação do município de SANTANA DO ACARAÚ para o CGIRS-RMS da prestação dos serviços de transbordo, transporte ao aterro sanitário da CTR e de disposição final dos rejeitos de resíduos sólidos urbanos gerados no município de Santana do Acaraú.

Parágrafo Primeiro: Fica o CGIRS-RMS autorizado, nos termos da deliberação da Assembleia Geral Ordinária de 20 de maio de 2020, a realizar os processos licitatórios e contratar os serviços pertinentes à operação dos equipamentos CTR/ETR.

Parágrafo Segundo: Em caso de necessidade de acréscimo de outros serviços e procedimentos, desde que inseridos no rol de atividades/procedimentos disponibilizados pelo CGIRS-RMS, as partes poderão ajustar o presente instrumento mediante Termo Aditivo a ser celebrado, nos termos do art. 8º da Lei nº 11.107/05, do art. 2º, inc. VII do Decreto nº 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este contrato fundamenta-se nos termos do inciso XXVI do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, na Lei Federal nº 11.445/2007, no artigo 13 e 17 Lei Federal nº 11.107/2005 e no Contrato de Consórcio ratificado pelo poder legislativo municipal, por meio da Lei Municipal de Santana do Acaraú nº. 1629/2017 de 28/06/2017, Ratificadora do Protocolo de Intenções do Consórcio Público.



CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSBORDO, DE TRANSPORTE AO ATERRO SANITÁRIO DA CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS E DE DISPOSIÇÃO FINAL DE REJEITOS.

3.1. Os serviços delegados na Cláusula Primeira deverão ser prestados de acordo com o estabelecido no TERMO DE CESSÃO DE USO Nº003/CIDADES/2019, celebrado entre o ESTADO DO CEARÁ, por meio da SCIDADES e o CGIRS-RMS, em 12 de setembro de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSORCIADO

- 4.1. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar, nos termos da legislação pertinente, as atividades do CGIRS-RMS, relativas à execução deste contrato de programa;
- 4.2. Emitir “ordem de início de serviço” para a atividade prestada pelo CGIRS-RMS;
- III- Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, visando ao atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, praticando todos os atos necessários a assegurar a regularidade dos serviços;
- 4.3. Designar servidor para fiscalização dos serviços prestados pelo CGIRS-RMS;
- 4.4. Efetivar o repasse dos valores concernentes aos serviços prestados em até 10 (dez) dias após a entrega de fatura;
- 4.5. Estar adimplente com o CGIRS-RMS no que se refere ao Contrato de Rateio Administrativo nº 01/2023.
- 4.6. Realizar o cadastro, junto ao sistema de pesagem do Consórcio, de todos os veículos autorizados pelos Municípios a realizar o transporte de rejeitos destinados ao sistema ETR/CTR.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSÓRCIO

- 5.1. Cumprir as obrigações assumidas dentro dos prazos estabelecidos neste Contrato de Programa;
- 5.2. Permitir e facilitar o acesso de fiscalização e inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar os esclarecimentos solicitados, inclusive dados técnicos e operacionais sobre os serviços;
- 5.3. Comunicar ao servidor responsável pela fiscalização a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a execução dos serviços e as medidas a serem tomadas para corrigir e/ou regularizar a situação;
- 5.4. Garantir a execução dos serviços contratados conforme a melhor técnica, obedecendo rigorosamente às normas e legislações vigentes, bem como as instruções, especificações e detalhes fornecidos ou ditados pela Assembleia Geral;
- 5.5. Conduzir os serviços em estrita observância às normas da legislação Federal, Estadual e Municipal, cumprindo as determinações constantes do TERMO DE CESSÃO DE USO Nº003/CIDADES/2019;
- 5.6. Apresentar mensalmente os relatórios e tickets de pesagem.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DOS SERVIÇOS

- 6.1. Fica estabelecido o valor de R\$ 140,80 (Cento e quarenta reais e vinte e oitenta centavos) por tonelada de rejeito de RSU destinada pelo MUNICÍPIO ao sistema ETR/CTR, na ETR de Massapê;
- 6.2. Fica estabelecido o valor de R\$ 20,00 (Vinte reais) por tonelada de RCC Segregado destinada pelo MUNICÍPIO ao sistema CTR;
- 6.3. Fica estabelecido o valor de R\$ 35,00 (Trinta e cinco reais) por tonelada de RCC Não Segregado destinada pelo MUNICÍPIO ao sistema CTR.

CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO



7.1. Os pagamentos ao CONSÓRCIO decorrentes da Prestação dos Serviços deste CONTRATO deverão ser efetuados por meio de boletos bancários ou transferências bancárias para a conta bancária do CONSÓRCIO, a saber: conta corrente: 30940-0, Agência: 272-2, Banco: Caixa Econômica, Titular: Consórcio de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Sobral, a data de vencimento será até dia 10 de cada mês, sendo que no caso de sábados, domingos e feriados, considerar-se-á o primeiro dia útil posterior ao dia do vencimento.

Parágrafo primeiro: O CONSORCIADO, deverá efetuar o pagamento dentro dos prazos estabelecidos. E, no caso de inadimplemento, o CONSORCIADO estará sujeito ao acréscimo de 2% (dois por cento) e incidência de juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês) ambos sobre o valor inadimplido. E ainda, no caso de não cumprimento do prazo estipulado na presente cláusula, por período superior a 60 (sessenta) dias, o CONSORCIADO será devidamente notificado para regularização do débito existente, estando passível de aplicação das sanções e atos previstos no Estatuto do CONSÓRCIO, e deliberações da Assembleia Geral, tendo em vista que o CONSÓRCIO não possui nenhum fundo de contingência para o pagamento dos compromissos assumidos através do presente Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E TRANSPARENCIA DA GESTÃO

8.1. O CONSÓRCIO deverá dar ampla divulgação em meios eletrônicos e de fácil acesso público a prestação de contas, relatórios, contrato de programa, contrato de rateio, entre outros instrumentos de gestão do Consórcio.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1. O presente contrato de programa terá vigência anual, de janeiro a dezembro de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO, DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

10.1. A execução do Contrato será objeto de acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte do Município de SANTANA DO ACARAÚ, por meio de representantes com atribuição específica para tal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. O CGIRS-RMS poderá ser penalizado com a suspensão dos repasses, sem prejuízo de demais cominações legais, no caso do descumprimento parcial ou total do objeto expresso na Cláusula Segunda, bem como das obrigações registradas na Cláusula Quarta inciso II.

11.2. O Município de SANTANA DO ACARAÚ poderá ser penalizado com a suspensão da prestação dos serviços, no caso do descumprimento parcial ou total da Cláusula Quarta, inciso I, letra E.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. O presente Contrato poderá ser rescindido mediante acordo entre as partes ou unilateralmente pelo Município de SANTANA DO ACARAÚ, independente das medidas legais cabíveis, nas seguintes hipóteses:

12.1.1. Se houver alterações no Contrato de Consórcio Público do CGIRS-RMS que impliquem modificações nas condições de sua contribuição como executor das ações constantes deste Contrato;

12.1.2. Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente inexecutável o presente Contrato;

12.1.3. As demais causas previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICIDADE

13.1. O extrato do presente Contrato de Programa será publicado pelo CGIRS-RMS na forma da Resolução 002/2018 e também pelo Município de SANTANA DO ACARAÚ conforme determina sua Lei Orgânica de 05 de abril de 1990.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Sobral-CE, para dirimir questões oriundas do presente Contrato de Programa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes nomeados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas abaixo.

SOBRAL-CE, 01 de dezembro de 2022.

Ivo Ferreira Gomes
Presidente do CGIRS-RMS

Francisco das Chagas Mendes
Prefeito Municipal de SANTANA DO ACARAÚ

Testemunhas:

Nome: Francisco Edmundo de Jesus Damasceno
CPF: 063.309.523-02

Nome: Luiz Carlos Marques Costa
CPF: 002.457.453-86